

Lutando com o Arroz: construção do conhecimento agroecológico e resistência camponesa no Assentamento Filhos de Sepé em Viamão – RS.

Fighting with the rice: building agroecological knowledge and peasant resistance in the Settlement Filhos de Sepé at Viamão – RS

PREISS, Potira Viegas¹; SOGLIO, Fabio Kessler Dal²; KUBO, Rumi Regina³

1 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS, Porto Alegre/RS – Brasil, potipreiss@gmail.com; 2 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS, Porto Alegre/RS – Brasil, fabiods@ufrgs.br; 3 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS, Porto Alegre/RS – Brasil, rumikubo@bol.com.br

RESUMO: O processo de construção do conhecimento Agroecológico tem auxiliado a fortalecer a gestão da base de recursos de agricultores familiares criando sinergia entre diferentes formas de produção de conhecimento e dinâmicas sociais de desenvolvimento local. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre como o processo de construção do conhecimento agroecológico das famílias Assentadas em Viamão dialoga com o processo de recampesinização proposta por Ploeg. O Assentamento existe desde 1998, no distrito de Águas Claras, município de Viamão, RS. Nele vivem 376 famílias, vindas de 115 municípios do estado e representando uma diversidade de experiências em relação à agricultura e às formas de produção e de tipos de cultivo. É o maior assentamento de reforma agrária no estado, com 9.450 hectares, dos quais 2.543,46 hectares são destinados ao Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, o que condiciona as famílias a produzir de forma orgânica desde 2008 por uma portaria do Estado. Apesar dos desafios, atualmente o assentamento é reconhecido pela produção de arroz agroecológico. Foram entrevistadas nove famílias diretamente envolvidas com o plantio e os dados foram os analisados a luz das teorias utilizadas buscando identificar as percepções, os discursos e as práticas. Ainda que o processo de transição seja recente, pela narrativa das famílias é possível constatar que o envolvimento com a agricultura de base ecológica a tem se mostrando mais adequado para a condição camponesa em se encontram, permitindo a ampliação da autonomia e melhoria da qualidade de vida em vários contextos. Há um reconhecimento do Estado sobre a relevância da Agroecologia e da agricultura familiar, dedicando a estas políticas públicas específicas que facilitam os processos de transição e de inserção de produtos nos mercados. No entanto, a atuação do Estado no que diz respeito a leitura e aplicação da legislação ambiental, tem contribuído para a reprodução e ampliação de um contexto de restrição sobre o uso dos recursos, colocando em risco o trabalho e modo de vida das famílias. Apesar de haver posicionamentos divergentes, ainda que o engajamento das famílias na transição agroecológica tenha sido influenciado por uma imposição legal, a permanência tem sido uma escolha.

PALAVRAS-CHAVE: Arroz agroecológico; Assentamentos em unidades de proteção ambiental; reforma agrária; transição agroecológica

ABSTRACT: The process of construction of Agroecological knowledge has been helping peasants to strengthen the management of their resource base by creating synergy between different forms of knowledge production and social dynamics in local development. This paper aims to reflect on how the construction of Agroecological knowledge by the families settled at Viamão dialogues with the process of repeasantization proposed by Ploeg. The Settlement has existed since 1998, in the district of Aguas Claras, at Viamão municipality, in the state do Rio Grande do Sul, Brazil. There are 376 families living in it, coming from 115 cities in the state and representing a diversity of experiences in relation to agriculture, forms of production and cultures. It is the largest settlement of agrarian land reform in the state, with 9,450 hectares, from which 2543.46 hectares are allocated to the Wildlife Refuge Banhado dos Pachecos. That conditions the families to produce organically since 2008 by a decree of the State. Despite the challenges, the Settlement is currently recognized for the agroecological production of rice. We interviewed nine families who were directly involved with the planting process and the data were analyzed in light of the theories used, in order to identify perceptions, discourses and practices. Although the transition process is recent, the narrative of families can be seen that involvement with ecologically-based agriculture has been more suitable for the peasant condition, allowing the families to expand their autonomy and improve quality of life in various contexts. There is a State recognition of the relevance of Agroecology and family farming, devoting to these specific public policies that facilitate the processes of transition and integration of products in the markets. However, the performance of the State regarding the reading and implementation of environmental legislation, have contributed to the reproduction and expansion of a context of restriction on the use of resources, endangering the work and way of life of families. Although there are divergent positions between families, even doe their engagement in the agroecological transition has been influenced by a statutory requirement, their permanence has been a choice.

KEY WORDS: agroecological rice; Settlements in environmental protected areas; land reform agroecological transition.

Correspondências para: potipreiss@gmail.com

Aceito para publicação em 09/06/2014

Introdução

A construção do conhecimento agroecológico, um processo baseado na associação do conhecimento local e do conhecimento técnico contextualizado, tem por finalidade promover modelos de desenvolvimento socioambientais, nos quais estão inseridos sistemas e métodos de produção agrícola de base ecológica. É um processo que se contrapõe à lógica e ao modelo, ainda hegemônicos, de modernização da agricultura, e pode contribuir significativamente às mudanças necessárias para o estabelecimento de modelos de desenvolvimento rural que foquem na qualidade de vida e na sustentabilidade. Por apresentar uma relação positiva com processos de busca de autonomia e de resistência camponesa, a construção do conhecimento agroecológico também se destaca como ferramenta de apoio à consolidação dos assentamentos da reforma agrária no Brasil, que podem passar a ser referências nacionais para o fortalecimento e crescimento da agricultura de base ecológica, contribuindo com o enfrentamento aos diferentes problemas surgidos pela crise multifacetada que a sociedade vive e que inclui aspectos sociais, ecológicos e econômicos. O estudo de processos de construção do conhecimento agroecológico em andamento em assentamentos da reforma agrária, como o que está em curso no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, RS, são importantes para que se possa entender melhor como esta construção se dá, como contribui com o desenvolvimento local, e como pode ser apoiada para que seu estabelecimento ocorra de forma mais eficaz e para que de fato contribua para o desenvolvimento rural.

A implementação no Brasil do modelo de desenvolvimento focado na industrialização e urbanização como caminho para a superação do subdesenvolvimento teve um papel crucial na configuração da agricultura, designando o rural como um espaço cuja função era produzir alimentos em grande quantidade e a custos baixos.

Com o início da modernização da agricultura, uma série de pacotes tecnológicos e econômicos deram origem no país à agricultura capitalista exportadora focada em produtividade e rentabilidade. Ao mesmo tempo, esse processo de modernização, também chamada Revolução Verde, só agravou os problemas históricos de concentração fundiária e exclusão social, além de provocar um significativo êxodo rural nas décadas 60 e 70. Além disso, retirou de forma cruel o protagonismo dos agricultores na produção do conhecimento onde os trabalhadores rurais passaram a ser tratados de forma pejorativa como ignorantes desprovidos de cultura, representantes de atraso e indolência. Nesse contexto, os ecossistemas passaram a serem vistos como recursos para a exploração e ampliação de mercados, justificando assim a destruição de bases materiais e, por consequência, simbólicas, de grupos territorialmente referenciados, utilizando-se do padrão tecnológico para substituir a diversidade biológica por espécies de interesse econômico e concentrar esses recursos nas mãos de poucos.

Assim, se constituiu um contexto de especialização produtiva com a disseminação do empreendedorismo baseado na economia de escala, fortalecendo a dependência da agricultura a insumos comerciais e a mercados de produtos dominados por grandes complexos agroindustriais. Marginalizados pelas políticas públicas e discriminados culturalmente, muitos agricultores de base familiar entraram em um processo intenso de endividamento, vivenciando um acelerado processo de deterioração cultural associados a sérios impactos na saúde pessoal devido ao uso intensivo de agrotóxicos.

É nesse contexto que a partir dos anos 80 a agricultura de base ecológica Agroecologia começa a integrar as pautas dos movimentos sociais do campo, ainda que não de forma institucionalizada, mas como uma expressão de luta pela implementação desse novo modelo de desenvolvimento socioambiental, baseado nas

estratégias de resistência e inovação produzidas pelos produtores familiares em diferentes partes do país (GOMES DE ALMEIDA, 2009). A força política dos movimentos populares e a retomada de um regime político democrático, influenciaram na revisão do papel e da noção de agricultura familiar no país. De forma paralela, uma série de reflexões e transformações em reação aos impactos dos modelos hegemônicos a nível local e global, foram redirecionado o rumo dos debates sobre desenvolvimento, rural, sustentabilidade e produção do saber, bem como do papel atribuído e reivindicado pela sociedade como protagonista na idealização e implementação de novos modelos.

Ao analisar o contexto atual da agricultura mundial, Ploeg (2008) argumenta que o dualismo entre a agricultura patronal e familiar já não são apropriados para descrever os fenômenos socioeconômicos do mundo rural contemporâneo e sugere a existência de um complexo processo de recampesinização como “uma expressão moderna para a luta de autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência”. Para o autor a agricultura familiar camponesa atual apresenta características clássicas do campesinato como a centralidade do trabalho na família, a preservação do patrimônio familiar e a busca pela otimização das rendas, porém apresenta uma multiplicidade de reações para lidar com os contextos de dependência, marginalização e privações que enfrenta.

Conforme Ploeg (2008), é justamente essa multiplicidade de reações que constitui o caráter de resistência camponesa atual, entendendo que esta não se dá somente pelas formas clássicas de luta, o enfrentamento aberto e os processos de boicote e sabotagem, mas também pela a intervenção direta nos processos produtivos ao confrontar os modos de ordenamento dominantes em nossa sociedade. Portanto, é através de ações propositivas e da prática cotidiana que novas

formas de desenvolvimento rural, com perspectivas localizadas, estão sendo experienciadas ao redor do mundo onde o florescimento da Agroecologia está entre estas respostas. Petersen; Dal Soglio e Caporal, (2009) propõe que a Agroecologia seja vista como uma ciência a serviço com campesinato, visto que sua perspectiva aberta ao diálogo de saberes é que abre um campo fértil para a criatividade dos agricultores familiares em fortalecer a gestão de sua base de recursos criando sinergia entre diferentes formas de produção de conhecimento e dinâmicas sociais de desenvolvimento local.

O Assentamento Filhos de Sepé em Viamão, criado em 1998, é um dos maiores do Estado, acolhendo 376 famílias com trajetórias pessoais distintas no que diz respeito a seus modos de vida e relação com a agricultura. O caminho percorrido na consolidação do assentamento envolve uma série de desafios para a reprodução social das famílias tais como: a precariedade da chegada das famílias, a morosidade da ação do Estado, os desafios produtivos, o uso de recursos comuns. Além disso, devido o fato do assentamento estar dentro do perímetro de uma Área de Proteção Ambiental e ter dentro de seu terreno um Refúgio da Vida Silvestre coloca as famílias em um contexto de restrição frente ao uso dos recursos onde a transição para um novo modelo de produção agrícola é imposta. Apesar dos desafios, atualmente o assentamento é reconhecido pela produção de arroz agroecológico. Desde 2008, a certificação orgânica tem sido uma exigência para a permanência das famílias no local. A certificação acontece por um processo de auditoria e é realizado pela empresa Instituto de Mercado Ecológico – IMO, sendo a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rido Grande do Sul - COCEARGS a mandatária.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre como o processo de construção do

conhecimento agroecológico das famílias Assentadas em Viamão dialoga com o processo de recampesinização proposto por Ploeg.

Percurso Metodológico

A partir dos dados das famílias envolvidas durante a safra 2011/2012, onde 90 famílias estiveram envolvidas com a produção do arroz, organizadas em 9 grupos de produção, identificamos 24 famílias que se envolviam de forma direta com o plantio, onde decidimos por trabalhar com uma família por grupo. A escolha das 9 famílias buscou contemplar a heterogeneidade dos atores, levando em consideração especialmente os seguintes dados: o setor de residência, o tempo de assentamento, a experiência prévia com o cultivo e o grupo de produção pertencente. Além disso, buscamos contemplar diferentes faixas etárias e ter representantes que atuassem de formas distintas no grupo de produção e demais coletivos, podendo assim ter a perspectiva de coordenadores de grupo, plantadores e membros do Distrito de Irrigação.

Para a coleta dos dados primários foram utilizadas as seguintes técnicas: entrevistas semi-estruturadas, história de vida, álbuns de família, observação participante. Elaboramos um roteiro para nortear as entrevistas, incluindo questões gerais sobre os membros da família (idade, nível de escolaridade e naturalidade, dados sobre a propriedade e geração de renda) e questões sobre sua trajetória de vida, em especial sobre seu envolvimento com o MST, com a agricultura e a relação à agroecologia. Também incluímos questões sobre o contexto atual da produção, as formas de organização e atuação na rede de relações social na produção do arroz agroecológico, bem como sobre o estilo de vida das famílias. As entrevistas foram sempre que autorizadas registradas com um gravador digital, tendo os participantes recebido uma carta de

consentimento livre e esclarecido com informações sobre a pesquisa e a confirmação do caráter confidencial da mesma

Paralelamente as entrevistas participamos de quase todos os momentos coletivos de relevância dos quais tivemos conhecimento: reuniões, elaboração dos projetos de plantio, seminários, formações, assembleias, visitas técnicas, somando cerca de 62 momentos. Nesse sentido, buscamos sempre acompanhar os atores em atividades cotidianas, possibilitando assim uma melhor compreensão do processo organizativo, das problemáticas e as diferentes reações através de seus discursos e atuação nas arenas. Durante as entrevistas, era bastante recorrente a citação de técnicos do assentamento (atuais e antigos) e de funcionários de Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre- COTAP. Assim optamos, por realizar 5 entrevistas, sendo 3 com técnicos atuais do Grupo Gestor do Arroz, 1 com um dirigente do MST e uma com o Gestor responsável pelo Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. As entrevistas foram gravadas e tiveram como foco a atuação de cada um destes no Assentamento e na construção do conhecimento agroecológico. A análise dos dados foi feita de forma etnográfica interpretativa, a luz das teorias utilizadas buscando identificar as percepções, os discursos e as práticas.

A Construção do Conhecimento Agroecologia e a condição Campesina

Em diversas ocasiões durante os encontros dos quais participamos, foi colocado por diferentes atores que o MST estaria entrando em um novo momento onde os assentamentos passam a ser vistos como uma força política. Essa nova fase é impulsionada pela percepção de que além da mobilização dos acampamentos como força de luta pela terra, é importante que seja dada maior atenção aos projetos de desenvolvimento dos assentamentos através da organização da

produção. De certa forma entendemos que essa visão, tem uma forte sintonia com as colocações de Ploeg (2009) ao identificar a busca por autonomia contemporânea do campesinato através de formas interrelacionadas de resistência, a saber: a luta aberta, a luta velada e as intervenções na organização do trabalho e da produção. Assim, ao reconhecer os assentamentos como nova força política, o MST estaria reconhecendo conforme o autor sugere que, ao propõem soluções locais para problemas globais, os agricultores estão através de seu modo de vida e práticas de trabalho, se contrapondo ao ordenamento hegemônico atual. Ploeg (2009) destaca que a relevância da terra nas lutas camponesas está por ela ser a base central dos recursos não só em um sentido material, mas também simbólico por permitir certo nível de independência.

Apesar de estudos indicarem a inadequação da área para fins de reforma agrária, ao assentar as 376 famílias no local, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA criou um contexto de precariedade : ausência de condições básicas de infra-estrutura como água e saneamento; e ausência de moradias ou ainda terras definidas para o plantio (a demarcação dos lotes de produção foi concluída nove anos após as famílias serem assentadas). Infelizmente, conforme relatam Martins (2009) e Medeiros e Leite (2009) o caso vivido em Viamão não é único, mas é um cenário identificado em muitos outros projetos da reforma agrária. Então, se no imaginário de muitos a conquista da terra carregava a esperança de uma vida mais digna, o contexto de chegada e a vivência dos primeiros anos demonstrou que esta conquista desencadeava a continuidade da luta pela reforma agrária, onde as condições e os desafios de manutenção da terra (em especial, conhecimento e recursos) são tão relevantes quanto o acesso a esta. Tal questão fica clara ao vermos que as iniciativas de plantio de arroz que aconteceram nos primeiros anos foram protagonizadas por aqueles poucos que tinham

uma experiência prévia de cultivo e o maquinário necessário.

As motivações que levaram as famílias a entrarem no MST, que podem ser sintetizadas pela busca de uma melhoria de vida, revelam um contexto de marginalização que permanece após a conquista da terra. Nesse sentido, a fala de um dos assentados explica bem a situação: “A gente não é sem terra mais, a gente já conquistou a terra, então agora somos com terra. Mas eles não entendem! É como um apelido que agarrou e não sai mais da gente!”. Assim, fica o paradoxo de que o engajamento com um movimento social representa uma saída de uma situação de marginalização, ao mesmo tempo em que imprime “uma etiqueta” social que reproduz o mesmo contexto de marginalização. Para Martins (2009) a redução da diversidade presente dos Assentamentos a categoria abstrata de “sem-terra” esconde as diferenças de necessidades e reivindicações e dos próprios trabalhadores, impedindo a compreensão real das crises e contradições presentes nos processos fundiários.

Ainda assim, não observamos na fala de nenhuma das famílias arrependimento por se engajaram no MST. Muito pelo contrário, fica um reconhecimento de que os objetivos iniciais ter sua própria terra e um melhor contexto vida, foram atingidos. Também se observa um orgulho pela “luta vencida”, contentamento pelos filhos que permanecem no MST ou ainda decepção pelos que vão para o agronegócio. Esse cenário de fragilidade, somado a pouca ou nenhuma familiaridade com o novo ambiente e aos cultivos possíveis (entre os participantes, apenas duas famílias tinham experiência previa ao Assentamento com cultivo de arroz), facilitaram a chegada dos “Catarina”, produtores catarinenses que já tinham uma boa experiência com o sistema pré-germinado e ao manejo de pequenas áreas. Estes passaram a ocupar a área, criando através de arrendamentos e “postos de trabalho” irregularidades frente ao projeto da reforma agrária proposta tanto pelo

INCRA como MST. No entanto, também propiciaram o desenvolvimento das lavouras e contribuíram com o conhecimento do manejo do arroz, ainda que através de uma agricultura modernizada e empresarial, que serviu de base para o posterior desenvolvimento de sistemas de cultivo de base ecológica.

Assim, cria-se no assentamento uma situação de trabalho bastante similar a que os assentados vivenciavam antes de se engajarem no MST e ao escolherem trabalhar para os “Catarina” ao invés de ir buscar emprego na cidade, os agricultores com intenção de continuar trabalhando na terra se tornam “cúmplices ativos” de sua própria subordinação, conforme sugere Long (2001). Vale comentar que a relação com os “Catarina” não era de subordinação com todos, visto que alguns assentados (ainda que uma minoria) atuavam no assentamento através da mesma lógica, plantando arroz em áreas arrendadas de outros assentados ou como “patrão” de outros agricultores. Tais colocações são corroboradas por Fagundes (2011) e Diel (2011) que ressaltam que alguns “Catarina” foram assentados pelo INCRA aumentando o conflito, visto que os arrendatários se tornaram proprietários de lotes. Importante também mencionar que outra minoria começa ainda em 2001 a desenvolver um cultivo agroecológico através do apoio da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda - COPTec e o Grupo Gestor do Arroz Ecológico, em sintonia com outros assentamentos da região, configurando assim uma arena de disputa sobre os modelos produtivos dentro do próprio assentamento. A experiência prévia de algumas famílias com a produção de arroz, mesmo que de forma convencional, auxilia na transição e na construção do conhecimento agroecológico ao servir de referência inicial para que desenvolvessem e adaptassem técnicas e modos de produção ao agroecossistemas em que viviam.

Mesmo que a obrigatoriedade da produção sem o uso de agrotóxicos estivesse legalmente presente desde 1999 pelo “Contrato de Assentamento Provisório”, essa era uma lei escrita, porém não cumprida ou tão pouco fiscalizada. A ação judicial de apreensão de 1240 ha de arroz realizada pela parceria entre INCRA, Ministério Público, Polícia Federal e a Brigada Militar em 1998, representa um marco na história do Assentamento, seja por permanecer na memória das famílias como um momento traumático e violento, mas também por marcar o fim da presença dos “Catarina” e da produção convencional.

Acontece então um chamado geral para a re-apropriação dos lotes de produção pelas famílias que, com a retirada massiva da competição imposta pelos “Catarina”, abre um espaço real e contundente para o florescimento da transição agroecológica, mesmo que de forma truculenta. Desse modo na narrativa das famílias observamos que ainda que obrigatoriedade tenha apresentado uma restrição, a grande maioria entende atualmente que esse direcionamento para agroecologia trouxe resultados positivos como a retomada quali e quantitativa pelas famílias assentadas das lavouras, desencadeando uma série de outras mudanças internas que sugerem um incremento da autonomia dos agricultores. Tal questão fica subentendida nas falas dos assentados ao comentarem de forma positiva sua situação atual, em colocações como “agora estamos dirigindo a lavoura”. A afirmação é sincrônica com a colocação de Ploeg (2006 e 2008) ao afirmar que na condição camponesa não é possível fragmentar a base de recursos em categorias de elementos opostos e contraditórios – trabalho versus capital, ou trabalho manual versus atividade intelectual, os recursos materiais e sociais se integram de forma orgânica e pertencem a quem está diretamente envolvido com o trabalho e assim os controla. Ainda que possamos identificar

atualmente um panorama de desenvolvimento e de condições de vida mais dignas, o percurso da transição agroecológica não aconteceu e ainda não acontece sem contradições e choques entre mundos. Ao analisar o processo de construção do conhecimento agroecológico, observamos um fino encaixe entre a condição camponesa¹ de Ploeg e o processo de transição vivenciado na busca de implementar seus projetos frente a condições de restrição e marginalização. Reconhecemos que é nas interfaces que a interação entre os diferentes atores da rede de relações sociais tem provocado, nutrido e recriado conhecimentos e práticas que estabelecem uma série de potencialidades para os agricultores assentados. É também nas interfaces que vislumbramos os desafios do processo de transição, seja pela aparição de vestígios de uma agricultura convencional e empresarial, seja por novas restrições impostas pela produção de base ecológica ou ainda pelas pressões e condicionamentos do projeto de desenvolvimento hegemônico em vigor. Na tentativa de problematizar e refletir sobre tais questões, buscaremos explorar como se dá esse encaixe entre a condição camponesa e a prática agroecológica, evidenciando como as diferentes racionalidades e estratégias implementadas pelos atores afetam sua reprodução e autonomia e como novos desafios são impostos a partir da criação de novas restrições e condições de dependência.

A relação de coprodução² e gestão da base de recursos, características definidoras da condição camponesa para Ploeg (2006; 2008 e 2009), estão presentes nas três Dimensões do Conhecimento identificadas: a lavoura, o corre o habitar. Essas dimensões estão permeadas entre o trabalho e o modo de vida, onde a interação com o ambiente é essencial, destacando a importância do capital ecológico para a agricultura camponesa. Na lavoura, as práticas de plantio e o manejo estão permeados de ricos exemplos de como humanos e

não-humanos interagem para que o cultivo se desenvolva. Os relatos apontam para a importância da observação e atenção para a forma como os elementos atuam, a inexistência de receitas (ou seja, de procedimentos padronizados dos pacotes tecnológicos), o desafio de transformar "coisas mortas" em vivas, e o tempo certo de agir ou de como os não-humanos precisam constantemente ser assistidos e cuidados. Para a Ploeg (2008), a interação com a natureza viva torna a agricultura um processo dinâmico e maleável, constituindo-se no principal campo de batalha dos camponeses. Tendo em vista que a natureza viva não pode ser controlada, é através do aprendizado de como interagir com os elementos que novas formas de fazer são criadas e recriadas construindo assim o modo camponês de agricultura (PLOEG, 2008). Ploeg (2009) ressalta que, em contextos de crise, os camponeses buscam soluções pelo aumento da eficiência técnica e da autonomia na base de recursos e não pelo aumento de relações de dependência com os mercados.

A relação de coprodução também aparece no Corre – dimensão administrativa onde é realizado o trabalho do Distrito de Irrigação de gerenciamento do fluxo das águas e o ritmo das lavouras. A composição deste por plantadores, e com representatividade de todos os grupos de produção, viabiliza o controle interno de um dos recursos mais essenciais ao cultivo - a água. Assim, fica evidente que é ao longo dos anos, com conflitos e negociações, que os atores constroem o processo de gestão da água. Nesse sentido, retomamos a fala de Ernesto, que ressalta que a organização foi necessária visto que o sistema de irrigação foi construído para ser manejado por uma pessoa (o antigo proprietário) e atualmente tem que ser gerido por 376 famílias. Conforme a POA (LONG, 2001), ainda que a criação do Distrito tenha sido fruto de uma ação externa do Estado, fica claro que o processo de construção como ator

coletivo passa pelo estabelecimento de um objetivo em comum e acordos tácitos centrados na relação social.

Ao descrever as origens do campesinato no Brasil, não só como categoria política, mas também social e técnica, Sabourin (2009) identifica no manejo compartilhado de recursos comuns práticas de reciprocidade ligadas a produção agrícola, sendo os sistemas de irrigação um dos exemplos mais recorrentes. Para o autor, não é tanto o objeto de compartilhamento que importa, mas as ações entre os atores que geram valores de confiança e a responsabilidade sob recursos limitados, criando um sentimento de pertencimento ao grupo (SABOURIN, 2009). Tal colocação, vai ao encontro das falas que alegam “agora o Distrito somos nós”. Ainda, que existam relatos de disputas em relação ao uso da água, entendemos que estas fazem parte dessa arena, onde cada grupo e família busca a partir de seu mundo de vida e projetos defender seus interesses (LONG, 2001). O fato do Distrito ter atualmente uma renda gerada de forma coletiva a partir do cultivo de arroz, permitindo que sejam contratados 3 funcionários e 1 coordenador, demonstra uma crescente maturidade das relações e um caráter de aumento na autonomia. A consolidação como ator coletivo também pode ser vista no Grupo Gestor, onde o Distrito tem atuando além de suas funções originais de gestão da água, mas também intermediado o acesso a outros recursos (sementes, adubo, diesel, processamento).

Assim, a coprodução não se limita a transformar os elementos em bens e serviços, mas também a reproduzi-los, recriando e mantendo assim a base de recursos, sejam estes sociais ou naturais: conhecimentos; redes; força de trabalho; terra; gado; canais de irrigação; esterco; cultivos; etc (PLOEG, 2008). Conforme Ploeg, (2008) é através da interação com os elementos, em um lento processo de melhoria de qualidade e da

produtividade dos recursos, que os camponeses conseguem as ferramentas para aumentar sua autonomia. Ainda que algumas intervenções do Estado tenham resultados positivos, ao mesmo tempo, identificamos também fatores que restringem a ampliação da autonomia das famílias em relação à coprodução e a base de recursos. A necessidade anual de elaboração dos projetos de plantio e o aval do INCRA, como proprietário, reforça uma condição de restrição sobre o manejo da terra. O lançamento do edital de abertura de safra no período de inverno é percebido como um obstáculo para as famílias, visto que nessa época deve ser realizado o preparo do solo da lavoura. A incerteza de aprovações ou não, faz com que as famílias ou esperem os resultados para iniciar as atividades colocando em risco o processo de plantio ou invistam na terra sem a segurança de poderem plantar. A restrição para o deságue das lavouras no verão em épocas de estiagem também cria um situação de risco para a lavoura.

Outra questão que cria um contexto de restrição e dependência na gestão dos recursos são algumas diretrizes impostas pelo processo de certificação orgânica utilizada. Ao indagar sobre as práticas de adubação, as respostas eram introduzidas ou concluídas com a expressão “é o que pode!”. A determinação da certificadora sobre quais elementos podem ser utilizados no manejo afeta a autonomia da base de recursos fazendo com que muitos dos produtos precisem ser comprados, criando um aumento do custo de produção e maior dependência dos mercados. Assim, Carmo, Comitre e Fagundes (2012) alertam que os mercados orgânicos voltados contemplar a saúde dos consumidores criam o risco de resumir as necessidades de produção a um novo “pacote” do que é permitido ou não empregar, deixando de lado o compromisso de transição do modelo social e econômico, fundamental para a transição agroecológica. Então, ao reproduzir a lógica de

simplificação de manejos, também afeta o potencial de novos processos de experimentação *in loco*, prejudicando a construção do conhecimento agroecológico.

Uma questão, também polêmica para as famílias foi a exigência do uso de equipamentos de EPI (chapéu, protetor solar, botas e luvas) durante o trabalho, questão que caso não cumprida pode acarretar em uma notificação por irregularidade por parte da certificadora. Quando essa questão foi apresentada em uma reunião, os agricultores argumentavam que em determinadas atividades precisam ficar dentro da lavoura (o que geralmente significa ter água até a cintura) e não é possível usar as botas, pois elas se perdem na lama. Ainda que pareça trivial, ao impor uma estrutura de normas de como a produção deve ser feita, seja no que diz respeito a insumos ou vestuário dos agricultores, a - IMO, que realiza a esta direta ou indiretamente impondo uma padronização a produção que pode vir a alterar modos de vida e bloquear processos inovativos. Assemelhando-se aos projetos de intervenções externas comentados por Long (2001). que não consideram em seus programas os mundos de vida dos atores (LONG, 2001). A recente criação de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC para Certificação do MST abre possibilidades de um sistema de certificação mas sensível a lógica de produção das famílias, além de economizar custos. Fica a questão de como o processo de construção do conhecimento será abordado pelo grupo que coordenar a OPAC.

No Habitar, dimensão que trata do modo de vida e relação com o território, a relação de coprodução e gestão de recursos também aparece através da produção de subsistência realizada por 8 famílias entrevistadas. Apenas uma declara que compra os produtos de outro agricultor do assentamento. A produção de subsistência também é vista por Ploeg (2006, 2008 e 2009)

como fator condicionante do modo de produção camponês, visto que permite um menor grau de dependência do mercado ao consumir parte da produção. Conforme Toledo (1990 apud Ploeg 2008), a criação e a ampliação de uma base de recursos permite que os camponeses tenham uma certa liberdade nas trocas econômicas, porque pelo menos em parte ela se baseia em trocas com a natureza.

Interessante notar que nas falas das famílias, o cultivo de subsistência envolve valores culturais e simbólicos, sendo um costume herdado dos seus antepassados e uma prática que se mantém também pelo prazer. Isso fica claro nas falas de Márcia ao dizer que seria “feio” ter terra para plantar e ir comprar no mercado, ou ainda como seu marido só tem alergia quando come tomates da cidade com veneno, reação não observada quando os tomates consumidos são os produzidos em casa. Ou ainda, na narrativa de Telmo ao declarar que entre suas conquistas está o novo pomar. Mas é claro, as questões econômicas também estão presentes como lembra Horácio: “na agricultura familiar tem que ter autossustento. O cara produzindo o autossustento e mais alguma coisinha, não tem do que reclamar”. Interessante observar que para além das famílias entrevistadas, Camilo, outro agricultor que participou da pesquisa e o único a declarar que gostaria de voltar a produzir de forma convencional, comenta que não come o próprio arroz, prefere comprar no mercado pois acha que é mais prático e barato. Essa colocação ajuda a evidenciar a transição agroecológica como um projeto ainda em construção no MST e no próprio Assentamento, revelando que a lógica de alguns agricultores em relação à produção se assemelha muito mais ao modelo empresarial descrito por Ploeg (2006, 2008 e 2009) do que ao modo camponês. Ainda, conforme ressalta Gutierrez (2012) as disputas entre os modelos revelam também um conflito de

valores, que nesse caso se expressa entre o orgulho de se alimentar a partir de sua terra e trabalho, versus o de ser um agricultor "moderno" e ter poder aquisitivo para comprar no mercado.

Assim, chegamos a outro fator central da condição camponesa para Ploeg (2006; 2008 e 2009), a relação pouco dependente dos mercados. Tendo em vista que a pesquisa não estava centrada em análises de mercado e que tal foco mereceria certamente uma pesquisa específica, acreditamos que afirmar que a produção agroecológica de arroz de Viamão tem uma relação de baixa dependência com os mercados seria precipitado e quiçá pretensioso. No entanto, acreditamos ser relevante mencionar alguns elementos observados que apresentam ressonância com as colocações do autor. A produção de subsistência e as estratégias de gestão dos recursos aqui já abordados estão entre as estratégias apontadas pelo autor, visto que permitem que boa parte das necessidades sejam supridas sem processos de comercialização.

Mas também está a realização dos processos de compra de insumos e a comercialização feitas através das cooperativas, permitem que o processo aconteça em uma lógica distinta do mercado convencional. Como ressalta Fagundes (2011), a atuação da COTAP como subsidiária e medidora da comercialização, ajuda a descentralizar a atividade e possibilita um maior controle pelas famílias do peso real da colheita, porcentagem de impurezas, umidade do grão, e os demais processos desta fase. Assim, a partir da sua atuação a Cooperativa oferece condições de acesso para financiamento e compras mais sintonizadas com a lógica dos assentados, além de conseguir valores mais em conta ao realizar os pedidos de insumo em grande quantidade. A relevância da COTAP nesse sentido é reconhecida pela maioria dos agricultores que declaram a atuação da Cooperativa como essencial para sua

permanência no cultivo.

Um elemento que não pode deixar de ser mencionado é o uso de sacas de arroz para o pagamento das dívidas com o Distrito de Irrigação e pendências com a Cooperativa, circulando recursos em sistemas não mercantilizados, uma prática da agricultura camponesa também citada por Ploeg (2009). Aqui vemos novamente a reciprocidade em ação, no entanto como uma categoria econômica associada à redistribuição, conforme identificado por Polanyi (1944) e reafirmado por Sabourin (2011). Ao definir os pagamentos em sacas de arroz, e não no valor corrente da saca conforme o fluxo do mercado, estabelece-se um sistema de troca operacional e uma reciprocidade generalizada por permitir que a solidariedade e os laços sociais se sobreponham ao valor material da troca, evitando a busca do lucro, lógica essencial das relações de mercado (POLANYI, 1944; SABOURIN, 2011). Ainda, ao centralizar o recebimento das sacas e retornar o valor do produto vendido ao Distrito de Irrigação, a COTAP utiliza um sistema de redistribuição. Assim, é estabelecida uma economia de intercâmbio e reciprocidade regida muito mais por códigos morais e valores humanos, do que em critérios mercantis.

O sistema que usa o produto quase como uma moeda também estabelece uma rede de relações de confiança e reciprocidade, que abre possibilidades para a criação de uma moeda social, seja em sacas de arroz ou não. As moedas sociais ou locais, tem sido amplamente utilizadas pelas redes de economia solidária e incentivada pelo Ministério do Trabalho e Emprego por incentivarem economias locais, possibilitarem a criação de sistemas de crédito comunitário e atuarem como estratégias que fomentam o desenvolvimento local (TRABALHO, 2011).

Em uma direção oposta, o alto uso de mecanização no cultivo acarreta uma grande

dependência do mercado, seja para a aquisição das máquinas em si, manutenção ou ainda o pagamento de serviços. Assim, a compra de maquinário tem sido a solução buscada pela maioria dos grupos não só por questões econômicas, mas também para aumentar a autonomia no uso, visto que, conforme os relatos, a necessidade de contratação também põe as famílias em dependência da disponibilidade de agenda dos prestadores de serviço. Somente 2 grupos atualmente dependem totalmente de prestação de serviços. Os demais trabalham com maquinário próprio da família ou em regime de uso compartilhado nos grupos, ou seja, novamente utilizando lógicas que permitam a gestão autônoma da base de recursos.

Outro fator que tem gerado uma maior dependência dos mercados e aumento do custo de produção é a falta de um silo secador no Assentamento ou próximo sob a administração do Grupo Gestor, fazendo com que as famílias tenham um maior custo de transporte para encaminhá-lo até cidades como Tapes, Nova Santa Rita e Eldorado do Sul. Além disso, a estrutura do Grupo Gestor tem capacidade para armazenar apenas 41% da produção atual, sendo frequentemente necessário o aluguel de um silo em Viamão. O trânsito do produto pelas estruturas convencionais da Região Metropolitana de Porto Alegre, também cria o risco de perda do status de produto orgânico. Assim urge a construção de uma infraestrutura no Assentamento Viamão, processo que está sendo viabilizado através de um financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento tendo a previsão de início ainda em 2013.

A centralidade do trabalho é extremamente relevante e essencial, tanto para a agricultura camponesa quanto para a Agroecologia. Conforme Ploeg (2008), o processo de trabalho é uma das arenas na luta social do campesinato, visto que este se dá através de esforços onde a produção,

centrada na unidade familiar, melhora os recursos através de adaptações contínuas na busca de uma condição de bem-estar, aumento de renda e melhores perspectivas. Nesse sentido, a estrutura organizacional utilizada para a produção realizada através do trabalho cooperado, facilita a consolidação da rede de relações sociais, incentiva as práticas de reciprocidade e viabiliza a participação social como elemento indispensável para a construção do conhecimento agroecológico.

No entanto, as distintas formas como os grupos tem se organizado internamente demonstra claramente como as famílias, enquanto atores e através de seu poder de agência, reagem à regra imposta pelo Grupo Gestor, recriando acordos tácitos que permitam que seus projetos sejam implementados. Assim, ao analisar o único grupo que atua de forma coletiva, percebemos que a organização deste não visa apenas seguir a norma imposta, mas tem sido interpretada pelos atores envolvidos como a melhor estratégia para estas famílias. Ao resgatar a narrativa de seu representante percebemos que o processo coletivo permitiu que as famílias retomassem seus lotes de produção, saíssem de uma situação de inadimplência e criassem emprego e renda para 4 funcionários do grupo realizarem as atividades de plantio e administração. Ainda, a decisão do grupo de utilizar parte do recurso da Safra 2011/212 para a compra de um trator mostra uma perspectiva estratégica e um amadurecimento das relações internas ao agirem em prol da autonomia do grupo. Ainda, durante a elaboração dos projetos de plantio, este foi o único grupo que demonstrou equilíbrio entre as famílias no grau de informações, no sentido de todas famílias saberem fornecer dados detalhados de seus cultivos sem a interferência do coordenador do grupo, sugerindo que a construção do conhecimento agroecológico tem acontecido de forma mais simétrica.

Já os grupos onde a coletividade se dá muito

mais nos aspectos administrativo, com alguma cooperação para o manejo, revelam que as diferentes racionalidade e formas de trabalho são interpretadas como um desafio para o trabalho coletivo. As falas que exemplificam tal questão são de Horário ao justificar a baixa cooperação no trabalho ao declarar “o pensamento é muito diferente do meu pensamento, de como eu acho que deve ser” ou de Alfredo ao dizer “É os mesmos que plantavam desde o início, mas já tivemos várias mudanças na forma de trabalhar!”.

Ainda que as famílias insistam que não há mais arrendamentos no Assentamento, o terceiro formato organizativo identificado onde o processo de plantio é concentrado em um número bem pequeno de famílias, demonstra de forma mais intensa a fragilidade da imposição da norma. Administrativo e burocraticamente ela é seguida visto que a documentação é feita no nome de cada beneficiário. No entanto, em termos práticos, este é o formato que menos contribui para a geração de autonomia das famílias e para o processo de construção do conhecimento agroecológico. Além disso, a constatação da proximidade dos lotes como um dos fatores principais na composição dos grupos, que nem sempre se reflete em afinidades na metodologia de trabalho, certamente fragiliza e desafia a continuidade dessa norma. Ao longo da pesquisa, o baixo número de plantadores era frequentemente justificado pela pouca demanda de trabalho do cultivo, visto que boa parte é mecanizada. No entanto, ao analisar quem realiza o plantio vemos que 4 entre os 9 grupos terceirizam parte destes serviços. Assim, mesmo com o trabalho mecanizado o contexto indica que há possibilidade de mais alguns postos de trabalhos para as famílias.

Ainda assim, temos que reconhecer que o processo de produção do arroz trata-se de um monocultivo. Assim, para um processo de transição agroecológico mais pleno, é importante

que outras práticas ajudem a incrementar a diversidade social, ecológica e econômica. É aqui que a última característica determinante do campesinato proposta por Ploeg (2006,2008 e 2009) se faz presente. As famílias entrevistadas de forma geral são compostas por um casal e 2 ou 3 filhos. Se pensarmos na renda gerada pelo cultivo do arroz, onde após 1 ano de trabalho e investimentos, a produtividade média do Assentamento tem sido de 13 sacas/ha de lucro, o valor total recebido por família no ano fica entre R\$ 3900,00 e R\$ 5850,00³(conforme o tamanho do lote variando de 10 ha à 15 ha). Assim, as famílias tem uma média de R\$ 325,00 a R\$ 487,00 por mês para garantir o sustento de 5 pessoas. Isso explica o fato de que cerca de 30% das famílias trabalha integralmente fora do assentamento e, os 70% restantes possuem envolvimento com a agricultura, porém nem sempre de forma exclusiva. Fica claro que a busca por outras fontes de renda não se dá simplesmente por vontade de ir trabalhar na cidade, mas por questões de sobrevivência.

Por outro lado, entre os entrevistados, apenas 4 homens tiveram alguma experiência profissional fora da agricultura, sendo a maioria prévia ao envolvimento com o MST. Assim, a maioria das estratégias complementares de renda permanecem associadas a atividade agrícola, com a exceção de 2 famílias.

O cultivo do arroz é claramente um domínio dos homens, sendo a participação das mulheres restrita em alguns casos ao processo administrativo como titulares dos lotes ou na época de semeadura para cuidar de predadores, ficando sua geração de renda vinculada a outras atividades. Assim, a pluriatividade fica mais evidente no contexto de relações familiares e o fato de todas as atividades de renda complementar citadas serem de caráter autônomo ou temporária, ressalta as colocações de Ploeg (2009) como estratégias acionadas pelas famílias para que

possam continuar produzindo. Ainda assim, vale complementar que a diversificação da produção, com o envolvimento nos grupos de olerícolas ou frutas, foi apontado pela maioria das famílias como uma perspectiva futura.

Pensando em um contexto mais amplo, em relação às famílias e à produção, uma questão que não podem deixar de ser mencionadas aqui é em relação aos desafios geracionais para a reprodução social e o processo de construção do conhecimento agroecológico. Entre as nove famílias participantes envolvidas diretamente com o plantio de arroz, oito dos plantadores tem mais de 37 anos, dos quais três tem mais de 60 anos. Apenas um dos plantadores tem 20 anos. Entre as famílias, somente dois possuem filhos jovens envolvidos com a produção do arroz. Diante desse cenário de um claro envelhecimento dos plantadores, algumas reflexões podem ser feitas.

Entre os entrevistados mais velhos, a citação de problemas de saúde é bem frequente e nas entrevistas foram comuns falas onde a idade avançada e a saúde precária eram condicionantes para realizar ou não determinadas atividades. Esse é o caso de Lara, que alega não poder produzir olerícolas para venda em função da sua idade, ou dos plantadores mais velhos que dizem “vou plantar enquanto a saúde deixar!”.

Assim, fica evidente o desafio de que a continuidade da produção de arroz depende de um maior envolvimento dos jovens, processo no qual a construção do conhecimento agroecológico se torna fundamental. Cícero, o plantador com 20 anos, declara ter se envolvido por incentivo da família. No entanto, deixa claro que gostaria de estar envolvido em uma atividade mais rentável, se possível fora do Assentamento. Ou seja, a escolha seria baseada em uma falta de perspectiva e não interesse real na atividade, o que põe em questão a continuidade da escolha. Já Nilton, mesmo em processo de regularização r frente ao INCRA, tem

três dos quatro filhos diretamente envolvidos na lavoura. Ao comentar o envolvimento dos filhos, o agricultor revela uma situação de inversão na passagem de conhecimento intergeracional ao declarar que aprende com os filhos que estão “mais avançados” no manejo agroecológico.

O envolvimento com a produção de base ecológica também tem desafiado as famílias a desenvolverem aprendizados relacionados a novas dinâmicas e atividades que requerem níveis mais elevados de alfabetização e conhecimentos de informática (registro constante das atividades, contabilidades de recursos, elaboração de projetos, leitura de mapas digitais, etc.). Por um lado, isso é positivo por incentivar uma maior organização e atenção das famílias ao processo administrativo, gerando em alguns certo orgulho por deixar de ser “simplesmente” um plantador, mas também poder “dirigir” a lavoura.

Por outro lado, também é um desafio, visto que a maioria dos agricultores cursou no máximo até a 5ª série, sendo a exceção novamente o mais jovem entre eles que chegou a cursar um 2º grau técnico. Assim, este novo contexto também pode se tornar uma restrição. O fato da nova geração que está crescendo no Assentamento ter um maior acesso a educação, inclusive graduações de nível superior, faz com que os filhos muitas vezes ajudem nas anotações ou ainda façam as “coisas de computador”. Assim, o baixo envolvimento dos jovens no plantio, aliado aos desafios das novas dinâmicas, cria uma tendência de que os jovens estariam se inserindo muito mais no processo administrativo do que no produtivo. Ainda que esta seja uma solução em termos de geração de renda, permanece a dúvida se haverá uma nova geração de plantadores.

É importante comentar, que a proximidade de Viamão propiciou as famílias também um maior acesso a estruturas de saúde, fato comentado por todas como uma situação distinta de seus locais de

origem. Assim, podemos entender a partir das trajetórias das famílias, que o seu contexto de origem seria o que Wanderley (2009) chama de um “rural profundo”, onde a distância a serviços e infraestrutura básica cria um contexto de precariedade à população. Importante mencionar que conforme descreve Kageyama (2008), durante muito tempo o rural tratado como um espaço de baixa densidade, em situação de atraso material e cultural, com função primordial de produzir alimentos em quantidades e custos baixos. Essa era a visão do modelo de desenvolvimento implementado no Brasil a partir dos anos 50, que priorizava o crescimento urbano industrial e que aliado ao processo de modernização da agricultura, só agravou os problemas históricos de concentração fundiária e exclusão social, além de provocar um significativo êxodo rural no país (PACÍFICO, 2009; CONTERATO E FILLIPE, 2009).

Assim, a continuidade dos problemas sociais, a emergência da crise ambiental, associada ao declínio do modelo produtivista, faz com que a partir dos anos 70 surgissem mudanças na maneira de se interpretar o rural (KAGEYAMA, 2008). Wanderley (2009) analisa como o processo de modernização não levou ao “fim do rural” ou a um processo de homogeneização, mas que é justamente o contexto de heterogeneidade observado no rural que incentiva a autora a propor uma existência de uma nova ruralidade onde por um lado, há uma nova visão do rural, que passa de fonte de problemas e atraso (miséria, isolamento, reserva eleitoral) a um espaço de soluções como geração de renda, melhor qualidade de vida, espaço de preservação, local de lazer, etc. Por outro, se observa que existem condições de vida similares dos espaços urbanos, não sendo mais possível falar em oposição e isolamento rural/urbano (WANDERLEY, 2009).

Nesse sentido, apesar de muitos interpretarem

a proximidade de Viamão como uma ameaça aos objetivos da reforma agrária e ao modo de vida das famílias no Assentamento, observamos uma relação de complementaridade conforme descreve Wanderley (2009). A partir dos dados levantados onde as famílias declaram ir a cidade para suprir necessidades (educação, saúde, bancos, comércio) e que voltam “tontos” ou com “dor de cabeça de tanto trânsito e agito”, associado ao modo de vida e trabalho onde uma série de hábitos rurais são mantidos e reproduzidos, fica em evidência que, ainda que a chegada ao Assentamento em Viamão tenha sido a opção oferecida pelo Estado e o MST a estas famílias, a permanência é uma escolha apesar de todas as dificuldades enfrentadas. Conforme coloca Wanderley (2009), é por reconhecer este como seu espaço de vida, lugar onde se vive e de onde se vive. Ou ainda como fala Nilton “Não tem lugar melhor que esse pra gente viver!”

Considerações Finais

Ainda que o processo de transição seja recente, pela narrativa das famílias é possível constatar que o envolvimento com a Agroecologia tem se mostrado mais adequado para a condição camponesa em que estas se encontram, permitindo a ampliação da autonomia e melhoria da qualidade de vida em vários contextos. Há um reconhecimento do Estado sobre a relevância da Agroecologia e da agricultura familiar, dedicando a estas políticas públicas específicas que facilitam o processo de transição e inserção de produtos nos mercados. No entanto, a atuação do Estado no que diz respeito a leitura e aplicação da legislação ambiental, tem contribuído para a reprodução e ampliação de um contexto de restrição sobre o uso dos recursos, colocando em risco o trabalho e modo de vida das famílias.

Notas

1 Luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação, que seria caracterizado principalmente por: co-produção com a natureza; construção de uma base autônoma de recursos, relação pouco dependente dos mercados, centralidade no trabalho familiar e técnicas artesanais, pluriatividade, cooperação e relações de reciprocidade (PLOEG, 2009, pag. 18).

2 A co-produção é a constante interação e transformação mútua entre o homem e a natureza-viva, onde tanto recursos sociais como naturais são configurados e reconfigurados gerando novos níveis de co-produção (PLOEG, 2008).

3 Cálculo realizado com valor de referência da safra 2011/2012, sendo a preço da saca R\$ 30,00.

Referências Bibliográficas

CARMO, M.S. COMITRE, V.; FAGUNDES, G. TERMO DE REFERÊNCIA: AGROECOLOGIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA. Campinas: Rede de Agroecologia da Unicamp, 2012. 13 p. Disponível em: <<http://www.cisguanabara.unicamp.br/redeagroecologia/arquivos/biblagroecologia/termodereferencia.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2012.

CONTERATO, M.A; FILLIPI, E. E. **Teorias do Desenvolvimento. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DIEL, Ricardo. Gestão racional de recursos naturais de uso comum: recursos hídricos em produção de arroz irrigado no assentamento Filhos de Sepé - Viamão/RS. 2011. 84 f. Dissertação (Mestre) - Curso de Programa De Pós-graduação Em Agroecossistemas, Departamento de Centro De Ciências Agrárias, Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FAGUNDES, L.F.. Potencialidades e limites da

produção do arroz orgânico no Assentamento Filhos de Sepé - Viamão/RS. In: **ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA**, 6., 2011, Presidente Prudente. Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Sócio-Espaciais. Presidente Prudente: Unesp, 2011. p. 1 - 14. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/encontros/engrup/>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

GOMES DE ALMEIDA, S. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: As-pta, 2009. p. 67-84.

GUTIÉRREZ, L.A.L. Agroecologia e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária: ação coletiva e sistemas locais de conhecimento e inovação na região metropolitana de porto alegre.. 2012. 407 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Departamento de ,centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.

MARTINS, J.S. (Org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. 2. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 2009.

MEDEIROS, L.S; LEITE, S.(Org.). **A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 2009.

PACIFICO D. História da modernização da agricultura: Um conto de muitas facetas In: **Agricultura e sustentabilidade**. DAL SOGLIO, F.; KUBO, R.R. (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F.K.; CAPORAL, F.R. **A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. Agricultura Familiar Camponesa Na Construção do Futuro**, Rio de Janeiro:, n. , p.85-103, out. 2009.

PLOEG, J.V.D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, n. , p.17-32, 2009.

Lutando com o arroz

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. R.3, Campus, 1980, 3ª edição.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009

TRABALHO: MOEDAS DA SOLIDARIEDADE. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, mar. 2011. Trimestral. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/revista/edicao9/revista.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.